



CULTURA MATERIAL ESCOLAR E COMÉRCIO LOCAL: UMA ABORDAGEM DA HISTÓRIA ECONÔMICA SOBRE A ESCOLA URBANA (SÃO PAULO, 1894-1902)

Wiara Rosa Rios Alcântara
Universidade Federal de São Paulo, Brasil
wrr.alcantara@unifesp.br

RESUMO

A escola pública, obrigatória e de massas emerge no cenário das cidades demandando e movimentando um conjunto de serviços e bens tipicamente urbanos. Neste artigo, a partir de uma abordagem da cultura material e da história econômica, objetiva-se demonstrar como instituições de ensino paulistas demandaram do comércio local o suprimento de materiais necessários ao seu funcionamento burocrático, mas também ao desenvolvimento das aulas. Lançando mão de fontes como ofícios da secretaria da escola e notas de compras, entre 1894 e 1902, é possível perceber, de um lado, relações de *simbiose cultural* entre escola e mercado; de outro, relações econômicas e materiais da criação, do suprimento e da institucionalização da escola pública, enquanto fenômeno tipicamente urbano.

Palavras-chave: Cultura material escolar. História econômica da escola. Simbiose cultural.

CULTURA MATERIAL ESCOLAR Y COMERCIO LOCAL: UNA APROXIMACIÓN DE LA HISTORIA ECONÓMICA A LA ESCUELA URBANA (SÃO PAULO, 1894-1902)

RESUMEN

La escuela pública, obligatoria y masiva emerge en el escenario de las ciudades demandando y trasladando un conjunto de servicios y bienes típicamente urbanos. En este artículo, desde un enfoque de cultura material e historia económica, el objetivo es demostrar cómo las instituciones educativas de São Paulo demandaron al comercio local el suministro de materiales necesarios para su funcionamiento burocrático, pero también para el desarrollo de las clases. Utilizando fuentes como la correspondencia de la oficina de la escuela y las facturas, entre 1894 y 1902, es posible percibir, por un lado, relaciones de simbiosis cultural entre escuela y mercado; por otro, las relaciones económicas y materiales de creación, oferta e institucionalización de la escuela pública, como fenómeno típicamente urbano.

Palabras clave: Cultura material escolar. Historia económica de la escuela. Simbiosis cultural.

SCHOOL MATERIAL CULTURE AND LOCAL COMMERCE: NA APPROACH OF ECONOMIC HISTORY ON THE URBAN SCHOOL (SÃO PAULO, 1894-1902)

ABSTRACT

The public, compulsory and mass schools emerge on the scene of cities demanding and moving a set of services and goods typically urban. In this article, from an approach of material culture and economic history, the objective is to demonstrate how educational institutions in São Paulo demanded from local commerce the supply of materials necessary for their bureaucratic functioning, but also for the development of classes. Using sources such as note from the school



secretary and shopping notes, between 1894 and 1902, it is possible to perceive, on the one hand, cultural symbiosis relations between school and market; on the other, economic and material relations of creation, supply and institutionalization of the public school, as a typically urban phenomenon.

Keywords: School material culture. Economic history of the school. Cultural symbiosis.

CULTURE MATERIELLE SCOLAIRE ET COMMERCE LOCAL: UNE APPROCHE D'HISTOIRE ECONOMIQUE SUR L'ECOLE URBAINE (SÃO PAULO, 1894-1902)

RESUME

L'école publique, obligatoire et de masse émerge sur la scène des villes exigeant et déplaçant un ensemble de services et de biens typiquement urbains. Dans cet article, à partir d'une approche de la culture matérielle et de l'histoire économique, l'objectif est de montrer comment les établissements d'enseignement de São Paulo ont exigé du commerce local la fourniture de matériel nécessaire à leur fonctionnement bureaucratique, mais aussi au développement des classes. À partir de sources telles que la correspondance du secrétaire de l'école et les factures, entre 1894 et 1902, il est possible de percevoir, d'une part, les relations de symbiose culturelle entre l'école et le marché; de l'autre, les relations économiques et matérielles de création, d'offre et d'institutionnalisation de l'école publique, en tant que phénomène typiquement urbain.

Mots clés: Culture matérielle scolaire. Histoire économique de l'école. Symbiose culturelle.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir, sob uma perspectiva da histórica econômica e da cultura material, as relações entre escola e mercado na passagem do século XIX ao XX. Há trabalhos na área da História da Educação que já se debruçaram sobre a emergência de um comércio internacional de objetos escolares, a partir da segunda metade do século XIX (VIDAL, 2006; CASTRO, 2011; ALCÂNTARA, 2014; MEDA, 2016; ALCANTARA; VIDAL, 2020). Aqui, usando as lentes da História da Educação, da História Econômica e da Cultura material, o interesse reside em pensar como a escola, enquanto fenômeno urbano e moderno também movimentava o mercado local. Para tanto, será tomado o caso da comercialização de produtos de uma casa comercial portuguesa, a Casa Lebre, Mello & Comp. para uma escola secundária, a Escola Normal Caetano de Campos, e uma instituição de ensino superior, a Escola Politécnica, ambas em São Paulo.

Lançando mão de fontes como ofícios produzidos pela Secretaria das instituições ou pelo Tesouro do Estado de São Paulo, notas de compra, anúncios e propagandas de jornais sobre as atividades comerciais da Casa Lebre, entre 1894 e 1902, é possível perceber, de um lado,



relações de *simbiose cultural* entre escola e mercado; de outro, relações econômicas e materiais da criação, do suprimento e da expansão da escola, enquanto fenômeno tipicamente urbano.

A *simbiose* diz respeito a uma relação mutualmente benéfica e vantajosa para duas ou mais partes. Aqui, o conceito de *simbiose cultural* indica os diferentes modos e graus de cooperação e benefícios mútuos entre escola e mercado no processo de crescimento das cidades e de expansão da escola pública, obrigatória e de massas.

A delimitação temporal inicial refere-se ao ano de instalação da Escola Politécnica e da inauguração do novo edifício da Escola Normal, quando ambas as instituições investem significativamente para criar suas condições físicas de funcionamento. Já 1902 é o último ano em que foram localizadas notas de compra ou solicitação de produtos da Casa Lebre pela Escola Politécnica. O procedimento metodológico consiste em confrontar tais fontes buscando construir inteligibilidades acerca dos modos de suprimento material da escola, identificar uma materialidade que sinaliza as práticas pedagógicas e burocráticas das instituições de ensino, perceber os contornos da emergência de relações entre o público e o privado para o suprimento material de tais instituições.

O processo de expansão da escolarização, do ensino primário ao superior, demanda para sua compreensão uma análise para além das fronteiras do estado-nação. Exige, também, uma abordagem que não se restrinja aos muros da própria escola, pois esta vai movimentar, desde o século XIX, em sua criação e funcionamento, um conjunto de serviços urbanos, novos objetos, mobiliário e materiais produzidos e/ou comercializados por empresas locais ou estrangeiras. Isso impõe uma investigação interdisciplinar, para além do campo da educação, pois os objetivos de compra e venda de mercadorias e artefatos escolares não se limitavam aos interesses pedagógicos ou da instrução pública. Respondiam, também, a demandas de ordem econômica, cultural, social e científica.

A escola moderna se constitui em um contexto de interdependências múltiplas que permite falar em *mutualismo* ou *simbiose cultural*. Ou seja, de um lado, sujeitos e empresas de diferentes nacionalidades, no âmbito das migrações transcontinentais e da marcha da globalização, propiciaram o funcionamento e expansão daquele modelo de escola ao se tornarem fornecedores e produtores de materiais escolares. De outro, a expansão e institucionalização da escola, favoreceram o surgimento da indústria escolar e o crescente comércio de objetos escolares em escala mundial. São relações benéficas para ambas as esferas, escola e indústria escolar, ou escola e comércio *glocal*.

O século XIX é conhecido como o século da difusão mundial da escola (NÓVOA, 2000). É nesse contexto que diversos países passam a discutir com mais afinco questões como



o modelo arquitetônico dos prédios escolares (BENCOSTTA, 2005), a higiene escolar (ROCHA; GONDRA, 2002), a formação docente (TANURI, 2000; VICENTINI, LUGLI, 2009), a frequência escolar obrigatória (VIDAL; SÁ; SILVA, 2013), dentre outras. Garantir a expansão da escola pública exigiria do Estado não apenas a criação/construção de novos prédios, mas contratação de professores formados, um mobiliário adequado e um conjunto de materiais escolares e não escolares necessários ao funcionamento da instituição.

Todavia, no que tange ao suprimento material e mobiliário da escola, o Estado não possuía fábricas que pudessem cumprir esse papel. É nesse espaço que empresários e industriais enxergam uma nova demanda de mercado, um novo nicho da economia local e internacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que a escola pública já nasce demandando uma relação com os setores privados da economia, tanto no âmbito local quanto internacional.

Assim, pode-se afirmar que, a partir da segunda metade do século XIX, a escola se torna cada vez mais um fenômeno transnacional, com manifestações, dinâmicas e organizações peculiares em suas realidades locais. Por isso, a categoria jogos de escalas (REVEL, 1998; REVEL, 2010; ROSENTAL, 1998; STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011) é fértil por favorecer a mudança de lentes entre o macro e o micro, como bem elucida Revel (2010), a propósito da variação de escalas em um mundo globalizado.

[...]. Não, o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim, modificar a sua forma e sua trama. Ou então, para lançar mão de outro sistema de referência que a mim pessoalmente me parece mais elucidativo – o cartográfico -, a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável. (REVEL, 2010, p.438).

A opção teórico-metodológico pela análise micro justifica-se, pois ela corrobora com a percepção e (re)leitura de processos pouco problematizados na História da Educação. Aqui, a relação da escola com o seu entorno, no caso, com o comércio local. Nas palavras de Paul-André Rosental (1998, p.152), “o conhecimento produzido pelos historiadores é relativo a uma escolha de escala; multiplicar os ângulos de abordagem é o recurso mais fecundo para a historiografia”. Por isso, neste trabalho, a escala em destaque não é a do comércio internacional de objetos escolares, como já usada em estudos já citados. Nesta análise, o foco é direcionado a uma escala micro, o comércio local de materiais e objetos para o funcionamento das atividades



escolares, sem, todavia, perder de vista os fenômenos das migrações transcontinentais, o acelerado crescimento urbano da cidade de São Paulo e a expansão da escola pública.

Revel (1998, p.20), por sua vez, afirma que “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama”. Desse modo, a mudança de escala permite interrogar tanto o comércio transnacional como o comércio local de objetos escolares e, ainda, os dois ao mesmo tempo. Nos limites deste texto, a opção é evidenciar como a escola movimenta o comércio local em um contexto de expansão e difusão mundial da escola, de globalização, de fluxos transcontinentais de pessoas e mercadorias, de considerável crescimento urbano da cidade de São Paulo.

Diante disso, em uma escala micro, valho-me de uma abordagem da história econômica para pensar a emergência da escola urbana, considerando a cultura material escolar e o comércio local. Aqui, não se limita a análise de uma história econômica da escola ou da cultura material escolar a uma vertente do *homo economicus*. A história fundamentada na perspectiva do *homo economicus* restringe as análises das questões econômicas à produção e ao consumo, aos aspectos quantitativos e racionais das decisões comerciais, dando pouco relevo, por exemplo, aos aspectos simbólicos que atravessam a vida econômica. Neste trabalho, entende-se que tanto a produção, quanto o consumo e a distribuição de materiais escolares não podem ser apartados de suas dimensões culturais e simbólicas. Por isso, a definição de quais escolas, quais professores e quais alunos serão beneficiados com certos recursos, não se limita apenas a questões estatísticas, estruturais e logísticas, mas também simbólicas.

Assim, ao falarmos da relação entre a escola urbana e o mercado local é importante não limitar o “mercado” a um mecanismo puro, com leis próprias de oferta e demanda, com uma “mão invisível”. Uma abstração apartada de elementos sociais e simbólicos. No entendimento de Bourdieu (2006, p.13), “A ciência, que designamos por “economia” assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa”.

Para o autor, “[...] tout ce que l’orthodoxie économique se donne comme une pure donné, l’offre, la demande, le marché, est le produit d’une construction sociale, une sorte d’artefact historique dont seule l’histoire peut rendre raison” (BOURDIEU, 1997, p.49). Tomar o mercado de material e mobiliário escolar como uma construção social é uma opção teórico-metodológica que minimiza o risco de se adotar uma visão não histórica da história econômica da escola.



Como resultado, historicizar, as relações econômicas da escola, permite desnaturalizar a materialidade da cultura escolar, a relação das escolas, dos professores e alunos com os objetos e recursos didáticos, com as tecnologias educacionais. É por entender que as relações econômicas estão atravessadas por elementos culturais e simbólicos que se busca desenvolver aqui uma História econômica da escola urbana entendida no cruzamento e no confronto de uma diversidade de fontes, mas também de diferentes áreas do conhecimento, como defende Witold Kula (1977). Para este autor, na análise do objeto, o historiador econômico pode se valer das contribuições de outras disciplinas históricas, como a história política, a história da cultura material, do direito e dos movimentos sociais.

É nesse caldo social, econômico e cultural que o processo de expansão da escolarização, quanto a escola urbana, sua materialidade e o comércio podem ser compreendidos em uma relação de *mutualismo* ou *simbiose cultural*. A análise da documentação aponta para uma relação de dependência indispensável à sobrevivência das partes. Isto é, de um lado, a escola moderna só poderia se expandir para as massas se houvesse um modo de equipá-la em um curto espaço de tempo com o mobiliário e os materiais necessários ao seu funcionamento. Esse modo foi encontrado na indústria e/ou comércio. De outro, a indústria escolar só poderia existir se houvesse uma escola em expansão demandando em quantidade e frequência considerável as suas mercadorias.

É crescente o número de pesquisas que vêm abordando essa relação necessária entre escola e mercado a partir do século XIX. Seguindo a ordem de publicação, destaca-se, apenas a título de exemplo, algumas destas pesquisas. Em 2005, Martin Lawn trata dos modos pelos quais a escola ligava objetos a ações, a relação especial entre inovadores e artefatos, e a economia e o método de produção destes artefatos escolares. No Brasil, entre as primeiras investigações que se debruçam sobre a temática pode-se mencionar o trabalho de Vidal (2006), no qual a autora trata da circulação transnacional (Brasil, Portugal e França) de um Museu escolar fabricado pela empresa francesa Deyrolle. Na perspectiva de uma história econômica da escola, Alcântara (2014) demonstra em sua tese a emergência e crescimento do número das fábricas de carteira escolar, em São Paulo, bem como o comércio internacional desse novo mobiliário escolar.

Em 2016, Juri Meda estuda os processos econômicos articulados ao desenvolvimento da escolarização de massa e da conseqüente transformação da manufatura escolar em indústria escolar. Em 2019, no dossiê temático “Cultura Material em História(s): artefatos escolares e saberes”, organizado por Vera Gaspar e Gisele de Souza, alguns estudos têm como foco de análise essa *simbiose cultural* entre escola e indústria escolar. No artigo intitulado “Negócios



Combinados: modos de prover a escola pública primária (em fins do século XIX e início do XX)”, Gizele de Souza e Vera Gaspar sustentam que concomitantemente a atuação de um grande comércio havia também outras relações firmadas entre compra e venda, negócios combinados, traduzidos por modos diversos nos processos de contratação, negociação e provimento material da escola primária no Brasil. Juarez José Tuchinski dos Anjos, por sua vez, aborda experiências industriais de produção de móveis para a escola, entre 1868 e 1883, na Corte Imperial.

Heloísa Helena Pimenta Rocha toma como fontes catálogos comerciais da Companhia Melhoramentos de São Paulo, empresa editorial que teve importante atuação na produção e comercialização de uma ampla gama de objetos escolares, buscando examinar a atuação da indústria na configuração da cultura material da escola primária, nas primeiras décadas do século XX. Por fim, Anna Ascenzi estuda os arquivos da empresa Cartiere Paolo Pigna em Alzano Lombardo (Bergamo, Itália), uma grande fábrica de papel, que se tornou conhecida não apenas por sua produção de alta qualidade, mas também por acompanhar a tecnologia e por sua capacidade de emergir em um setor da economia, o de publicação para a escola, que em meados do século XIX estava fragmentada em várias oficinas de artesanato pequenas e pouco mecanizadas.

Esse breve, e não exaustivo levantamento, evidencia o crescimento do interesse, no Brasil e em outros países, em investigar as relações dos setores públicos e privados na expansão da escolarização obrigatória; a dimensão econômica da escola de massas; ou ainda, a *simbiose cultural* entre escola e indústria escolar no processo de institucionalização da escola. De todo modo, se em 2011 Vidal e Gaspar destacam o baixo número de produções sobre os “usos, a fabricação e comercialização dos artefatos escolares, ou seja, o mapa das rotas entre idealização, fabricação, comercialização e usos” (VIDAL; GASPAR, 2011, p. 36), percebe-se que nos últimos anos este interesse tem sido crescente.

Nesse mapa das rotas, frequentemente são citadas as exposições universais como lugar de divulgação e comercialização internacional de produtos, inclusive objetos escolares, a partir das últimas décadas do século XIX. Tais considerações são de suma relevância quando se pensa em uma história econômica da escola, no período em estudo. A escola se torna um mercado consumidor tão importante que mobiliza a economia em escala mundial. Grandes empresas se estruturam em um cenário internacional para vender suas mercadorias. São modernas carteiras e outros móveis escolares, animais empalhados, modelos anatômicos e de botânica, pranchas ou quadros parietais, coleções de mineralogia, aparelhos e substâncias para o ensino de



Química, instrumentos para o ensino de Física, jogos para o ensino de Matemática, quadros para História e Geografia, dentre outros.

Todavia, neste trabalho, o destaque será dado não a esse comércio internacional. É importante perceber, também, como a emergência da escola no cenário urbano contribui para o crescimento do comércio local. É esse comércio local que será responsável pelo fornecimento de itens básicos, de consumo imediato, necessários não só ao desenvolvimento das aulas, mas também ao funcionamento da estrutura, da burocracia ou de outras atividades escolares.

Para fins desta análise, será tomado o caso da Casa Lebre, Mello & Comp. Entre 1894 e 1895, a Casa Lebre é uma importante fornecedora, não apenas de materiais para uso nas aulas, mas também artigos para festas, para secretaria e para o funcionamento geral da Escola Normal Caetano de Campos. Forneceu também materiais de escritório, limpeza e higiene e para as oficinas, o gabinete de Física e laboratório de Química da Escola Politécnica de São Paulo.

Assim, o texto está organizado em três partes. Na primeira, discorro, brevemente, sobre a Casa Lebre. Na segunda, abordo a relação comercial entre a Casa Lebre e a Escola Normal de São Paulo. Na terceira, a relação comercial entre a Casa Lebre e a Escola Politécnica de São Paulo. A explicitação destas relações, por meio da descrição dos materiais adquiridos permite compreender como a escola, do ensino primário ao superior, se institucionaliza e se expande como fenômeno urbano e industrial/mercadológico. Mais que isso, ajuda a pensar como as relações econômicas entre escola e comércio local estão atravessadas por elementos culturais/simbólicos.

CASA LEBRE, MELLO & COMP

A Casa Lebre foi fundada em 1858, como uma loja de ferragens, pelos portugueses, os irmãos João Lopes Lebre e Joaquim Lopes Lebre. Este último, além de um importante comerciante português, foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, recebeu o título de barão e depois conde de São Joaquim e deu nome a duas ruas na cidade de São Paulo, a rua Conde de São Joaquim e a rua São Joaquim. Inicialmente, a empresa chamou-se Casa Lebre & Irmão, mas, segundo Barbuy (2006), em 1880 foi associada aos Mello. A loja estava situada, na Esquina da Rua Direita com a Rua XV de Novembro, em uma região de modernos comércios no centro da cidade de São Paulo, conhecida como Triângulo.

De acordo com Barbuy (2006), o estabelecimento experimentou uma notável prosperidade, ampliação, modernização e refinamento das mercadorias, passando a vender



artigos variados e a ter marcas próprias de ferragens. A imagem a seguir evidencia o destaque do estabelecimento após a reforma e modernização em fins do ano de 1907.

IMAGEM 1 - Casa Lebre, na esquina das principais ruas da cidade de São Paulo na época, Rua Direita com XV de novembro, na década de 1910¹.



Fonte: Foto: Guilherme Gaensly/ Acervo do Instituto Moreira Salles.

A modernização pela qual passou a arquitetura da loja e o simultâneo refinamento das mercadorias mostram que o negócio dos portugueses foi prosperando na cidade nas últimas décadas do século XIX, com clientes diversos, dentre eles, a escola, o estado. As lojas de ferragens foram “um ramo que tendeu a manter-se nas mãos de luso-brasileiros [...] em 1857, eram dezessete casas desse gênero, todas em mãos de portugueses ou brasileiros, espalhadas no Triângulo” (BARBUY, 2006, p.153). A autora ainda ressalta que a Casa Lebre desenvolveu o comércio de drogaria, perfumaria e brinquedos importados, dos principais fabricantes da Europa e móveis austríacos Thonet. Tais informações, levantadas por Barbuy (2006), a partir

¹ <https://serieavenidapaulista.com.br/2019/05/05/a-casa-de-maria-augusta-borges-de-figueiredo-a-da-rua-maria-figueiredo/>



de anúncios de jornais, podem ser vistas também nas notas de compra fornecidas pela empresa, no último ponto deste texto.

Situada na Praça da República, a Escola Normal estava próxima ao Triângulo e a 1 Km da Casa Lebre. Já a Escola Politécnica, foi instalada no edifício Solar Marquês de Três Rios, na Praça Fernando Prestes, nº 30, esquina com a Avenida Tiradentes, também no centro da cidade de São Paulo, a 2,6 Km da Casa Lebre. A menção a essas distâncias é relevante porque, na passagem do século XIX ao XX, o sistema de transporte ainda é incipiente e as possibilidades de locomoção reduzidas. Desse modo, nesta região central da cidade, na região do Triângulo e proximidades, estavam não apenas os principais comércios, mas também as principais escolas. A título de exemplo, vale citar além da Escola Normal e da Escola Politécnica, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

A Casa Lebre também não é a única empresa que se beneficia da expansão da escolarização. São diversos os estabelecimentos comerciais acionados como fornecedores da Escola Normal, por exemplo. A apresentação de alguns deles visa colocar em evidência os novos produtos e serviços que a escola pública e de massa passa a demandar.

Em 1885, a Casa Garraux fornece livros num valor de 1.384.500 contos de réis². Essa livraria, de acordo com Deaecto (2008), se instalou na cidade de São Paulo no final do ano de 1859.

A casa publicou catálogos de livros, que eram distribuídos na capital e no interior da província, e anunciou regularmente seus produtos nos impressos da cidade. Também explorou, o quanto pôde, sua condição de agente cultural francês, posto que não vendia livros apenas, mas, como assinalamos, um leque muito amplo de produtos que concorriam, como se acreditava na época, para a civilização das gentes (DEAECTO, 2008).

A partir dessa atuação no comércio de livros e outras mercadorias, a partir da década de 1880, a figura de A. L. Garraux se tornara célebre na sociedade paulistana, sendo conhecida de acadêmicos e políticos (DEAECTO, 2008). Além dos livros, forneceu também papel de fantasia para trabalhos manuais. A ordem de pagamento se deu em nome do Sr. Thiollier & Cia³.

E. Bianchini & Chelini fornece em 1894 “aparelhos de gymnastica instalados no gymnasio da escola”, num valor de 681\$000 contos de réis⁴. Em 1895, com o nome de Elias Bianchini & Cia, a pedido do professor Manoel Baraziola, forneceu espingarda para o batalhão

² Série manuscrito – Escola normal de São Paulo; 1894-1877; 1850-1906. Ordem – 5129
Subgrupo – gestão acadêmica.

³ Secretaria do Interior. 3ª. Secção. Escola Normal – Ano 1892. Ordem – 7135 – Série Manuscritos.

⁴ Secretaria do Interior. 3ª. Secção. Escola Normal – Ano 1892
Ordem – 7135 – Série Manuscritos. Ofício n. 122 – 17 de dezembro de 1894.



escolar⁵. Nesse mesmo ano, a Casa Levy fornece 4 pianos para a Escola Normal. De acordo com Barbuy (2006), em 1860, na rua 15 de novembro, Henrique Luiz Levy funda a Casa Levy de pianos. Outros membros da família Levy atuaram no ramo da joalheria, mas o estabelecimento mais notável foi a Casa Levy de pianos.

IMAGEM 2



Fonte: <https://casalevydepianos.com.br/>

Este rol acima mencionado é apenas exemplificativo, pois muitas outras lojas, empresas e comércio forneceram materiais escolares e objetos diversos, necessários ao funcionamento regular da Escola.

A ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO E A CASA LEBRE

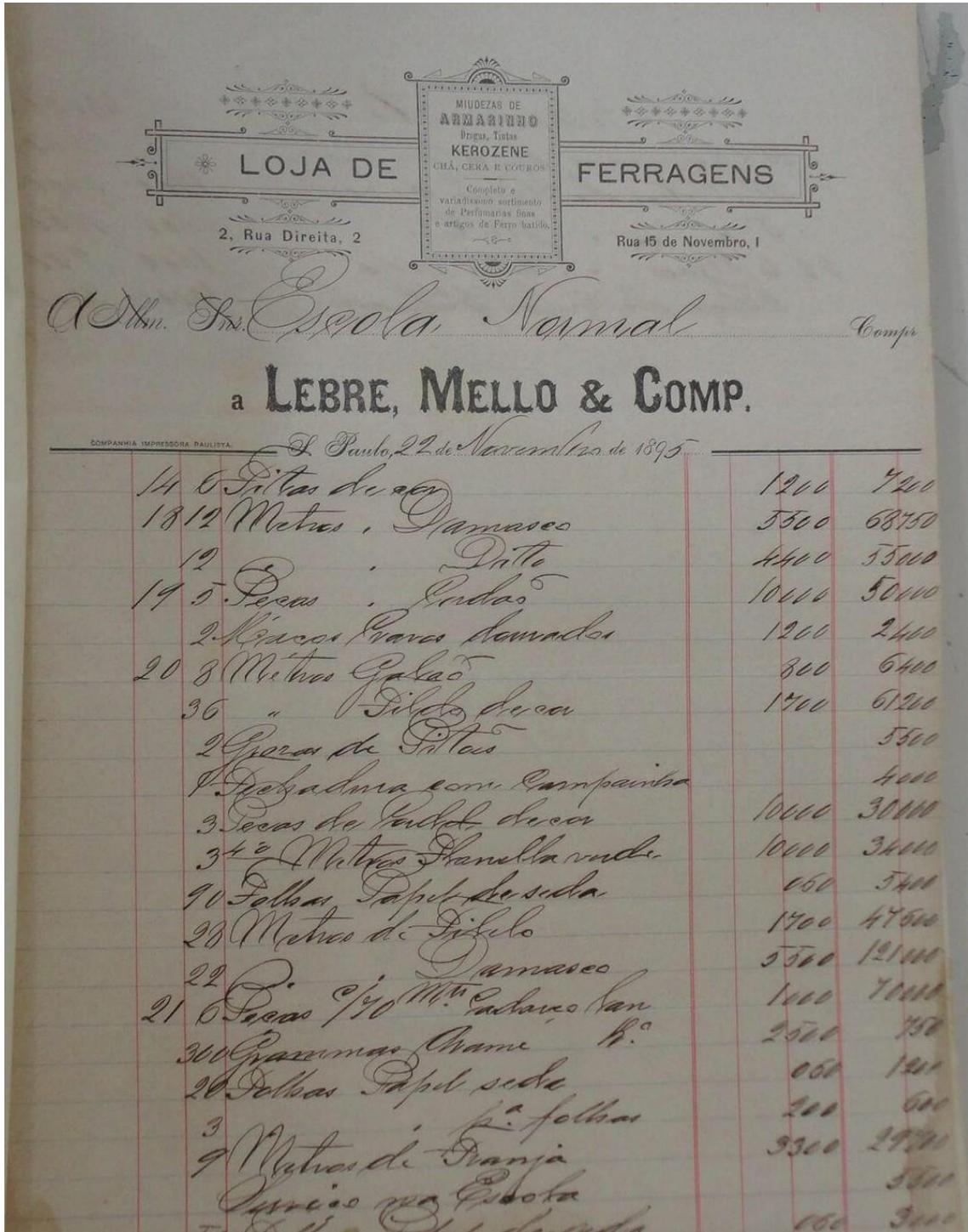
Em 26 de novembro de 1895, o diretor da Escola Normal da Praça, Gabriel Prestes, endereça um ofício ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Alfredo Pujol, informando acerca de uma “despesa extraordinária feita com a exposição escolar, na importância de 708\$200 contos de réis”. O que se desejava é que o Tesouro do Estado pagasse a referida quantia à Casa Lebre, Mello & Comp.

⁵ Secretaria do Interior. 3ª. Secção. Escola Normal – Ano 1892. Ordem – 7135 – Serie Manuscritos.



A relação das mercadorias adquiridos pode ser visualizada na nota fiscal a seguir:

IMAGEM 3



LOJA DE		FERRAGENS	
2, Rua Direita, 2		Rua 15 de Novembro, 1	
MIUDEZAS DE AMARILHO Drogas, Tintas KEROZENE CERÁ, CERA E COURO Completo e variadissimo sortimento de Perfumarias finas e artigos de Ferro batido.			
a <i>Mr. Sr. Escola Normal</i> Compr			
a LEBRE, MELLO & COMP.			
S. Paulo, 22 de Novembro de 1895			
14 6	Fitas de seda	1200	7200
18 12	Metros Damasco	5500	68750
12	Doite	4400	55000
14 5	Pecas de Seda	10000	50000
2	Marcas Brancas Amareladas	1200	2400
20 8	Metros Galão	300	6400
36	" Fichado de seda	1700	61200
2	Pecas de Fitas		5500
1	Tapadura com Campainha		400
3	Pecas de Fichado de seda	10000	30000
34 6	Metros Flanelle verde	10000	34000
90	Folhas Papel de seda	600	5400
28	Metros de Fichado	1700	47600
22	P. Damasco	5500	121000
21 6	Pecas 1/10 M. castanho San	1000	70000
300	Pezinhos Branco R.	2500	750
20	Folhas Papel seda	600	1400
3	" p. folhas	200	600
9	Metros de Franja	5300	29700
	Curios na Escola		5000
		100	3000



Transporte			630200
250	Chammas de Alfenitus		2500
20	Metros de Fio de cor	1700	34000
5	Metros de Cetim	2500	12500
22	6 Alças de Papel seda	1500	9000
	200m de Cordão p. madeja	10000	20000
			<u>708200</u>

Fonte: Secretaria do Interior. 3ª. Secção. Escola Normal – Ordem – 7135 – Serie Manuscritos.

Na nota é possível identificar informações sobre a empresa. O endereço, entre a Rua Direita e 15 de Novembro. A atividade econômica principal, destaca-se como uma loja de ferragens, mas oferece também “miudezas de armarinho, drogas, tintas, kerozene, chá, cera e couros. Completo e variadíssimo sortimento de perfumarias finas e artigos de ferro batido”.

A compra foi registrada no dia 22 de novembro de 1895 somando um valor de 708\$200 contos de réis. Essa nota, anexada ao ofício de n. 111, da Secretaria da Escola Normal de São Paulo, dá a conhecer os materiais usados em uma exposição escolar realizada na instituição no ano de 1895. Por meio dessa nota, sabe-se que a Casa Lebre, Mello e Comp. Forneceu para a realização da exposição escolar um conjunto variado de artigos como fitas de cor, fechadura com campainha, toalhas papel de seda, metros de tecidos diversos, grama, arame, dentre outros. Esse ofício chama a atenção porque, de um lado, faz menção a uma possível exposição escolar realizada pela Escola Normal, no ano de 1895. De outro, evidencia como a escola passou a depender cada vez mais do comércio local, não apenas para o fornecimento de materiais didáticos, mas de um conjunto de outros artefatos necessários ao seu funcionamento.

Essa não foi a única despesa extraordinária que a escola realizou na Casa Lebre. Artigos semelhantes aos adquiridos em novembro foram comprados em agosto daquele mesmo ano. Em 31 de agosto de 1895, foram fornecidos, dentre outras mercadorias, 6,25 m de casimira; 12 papéis de agulha; 2,72 m de linho branco; 1,20 m de cambráia de linho; 1 mão papel de seda; 1,5 m de algodão em rama; 70 cm de veludo; 95 cm de cetim; 1 m de cetim; 10 m de froco; 9 m de froco; 3 m de fita; 30,65 m de cordão de seda; 1 carretel de arame liso. O valor da compra totalizou a quantia de 682\$220 contos de réis em favor da Casa Lebre⁶.

As duas notas, a de agosto e a de novembro, estão anexadas em ofícios do diretor da Escola Normal, Gabriel Prestes, ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Alfredo

⁶ Fonte: APESP, Série Manuscritos. Secretaria do Interior. Escola Normal. Caixa 530.



Pujol. A análise dos ofícios e das notas indica os procedimentos para a realização das despesas extraordinárias da escola.

A despesa, do ponto de vista contábil, são os gastos, aquilo que é preciso pagar para a manutenção da atividade. Diferenciam-se dos custos que estão diretamente relacionados à obtenção de um produto final. As despesas extraordinárias são excepcionais. São gastos não regulares e/ou imprevistos. Diferem das despesas ordinárias que se caracterizam por serem previstos, periódicos e/ou rotineiros.

As duas notas tratam de despesas extraordinárias. Em 6 de setembro de 1895, Gabriel Prestes envia a Alfredo Pujol o seguinte ofício:

QUADRO 1

“Acompanha o presente contas de despesas extraordinárias feitas com esta escola na importância de 1.445\$200 – a saber:
 Com obras de encanamento para collocação de lavatorios nas oficinas de trabalhos manuais da secção masculina e da sala de fotografia – 358\$000;
 Com a collocação de novo tapete nas escadas em substituição ao anterior que se acha estragado – 405\$000
 Com a aquisição de material de ensino para as aulas de trabalhos manuais e de economia doméstica da secção feminina – 682\$220.
 Peço-vos que vos digneis providenciar a fim de que pelo Thesouro do Estado seja paga a referida quantia de 1.445\$200 – sendo \$ 358\$000 a Sartório José; 405\$000 a Kesslerling & Ivancko; \$ 682\$220 a Lebre, Mello & Comp.”.

Fonte: APESP, Série Manuscritos. Secretaria do Interior. Escola Normal. Caixa 530.

Se a nota é de 31 de agosto de 1895, significa que na realização de despesas extraordinárias poderia ser uma praxe primeiro realizar a despesa e depois enviar o ofício ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, solicitando o pagamento por parte do Tesouro do Estado. Por certo, não eram todas as escolas que poderiam realizar despesas extraordinárias para atender situações de urgência e depois demandar ao Tesouro do Estado o pagamento delas. É possível supor o lugar social atribuído à Escola Normal da Praça, bem como a relação de proximidade dos sujeitos, diretor e Secretário, criassem as condições para a adoção desses procedimentos.

Além da análise dos procedimentos de compra, tais fontes permitem saber mais sobre os materiais adquiridos, as empresas fornecedoras, os valores gastos, dentre outros. Em outras palavras, essas notas de compra fornecidas pelas empresas são fontes férteis para a compreensão dos processos econômicos, sociais e culturais que envolveram a institucionalização e a expansão da escola pública.

No caso da Casa Lebre, ela forneceu tanto materiais de armarinho para a realização de uma exposição escolar, quanto materiais para aulas de trabalhos manuais e de economia doméstica, na seção feminina. A relação das mercadorias vendidas, constante na nota de



compra, permite saber mais sobre os materiais usados nessas aulas de trabalhos manuais e economia doméstica, na seção feminina da Escola Normal.

Embora não seja o objeto deste artigo, como resultado, a análise destas notas de compras não deixa de apontar, também, para uma materialidade da educação das mulheres, professoras ou não. Materiais como tecido, agulha e “miudezas de armarinho” oferecem indícios de práticas escolares e não escolares voltadas para a formação das mulheres. O confronto de fontes como os programas da disciplina Economia doméstica da Escola Normal, a literatura e documentos provenientes das relações comerciais e administrativas enriquecem a compreensão da relação entre um conjunto material, aparentemente insignificante, e perspectivas de educação feminina, dentre e fora das instituições de ensino, no período delimitado.

No caso da literatura, por exemplo, Machado de Assis, ao descrever a personagem Helena, assim a apresenta:

[...] Helena praticava de livros ou de alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida, sem entono nem vulgaridade. Sua imaginação fora a tempo educada: ela desenhava bem, sabia música e a executava com mestria; excedia-se em todos os mimosos labores de agulha, que são prendas da mulher [...] Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis (MACHADO DE ASSIS, 2008, p.25).

Publicado em 1876, resultado de folhetim romântico, no romance urbano “Helena”, Machado de Assis oferece indícios das características e formação de uma moça recém-saída de um internato. Ela sabia ler e a educação da imaginação dela envolvia o desenho, a música, os trabalhos de agulha, “prendas da mulher”, a costura e o bordado, “trabalhos feminis”.

O cotejo destas fontes permite afirmar que não são aspectos isolados a associação entre uma materialidade, como agulha, papel de seda, fitas, tecidos e a representação da formação e educação das mulheres no século XIX. A semelhança das mercadorias descritas nas duas notas permite supor que, embora as finalidades apresentadas pelo diretor para as compras fossem diversas, na prática, o uso seria o mesmo, a realização de trabalhos manuais pelas alunas e professoras. Não é improvável, por exemplo, o uso das aulas de economia doméstica para realização dos trabalhos manuais relacionados à exposição escolar. De todo modo, o que se destaca aqui é a potencialidade da cultura material para evidenciar tanto relações intraescolares (concepções de formação, práticas escolares), quanto extraescolares (a escola e suas relações com a cidade, com o entorno micro e macro), sendo este último, o objeto deste artigo.

A Escola Normal não foi a única instituição de ensino para a qual a Casa Lebre forneceu suas mercadorias. Notas de compras localizadas no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da



USP indicam que esta instituição de ensino superior também comprou artigos da Casa Lebre, como se mostrará a seguir.

A ESCOLA POLITÉCNICA DE SÃO PAULO E A CASA LEBRE

Na Escola Normal, parte significativa dos produtos adquiridos da Casa Lebre eram destinados às aulas de trabalhos manuais e economia doméstica, da seção feminina. No caso da Escola Politécnica, uma instituição de ensino superior, frequentada majoritariamente por homens, parcela considerável dos produtos foram encomendados para o laboratório de Química e para as oficinas.

A Escola Politécnica tem a peculiaridade de ser a primeira instituição brasileira de ensino superior criada por um Estado. Foi fundada em 1893 e instalada em 1894 com os cursos de Engenharia Industrial, Engenharia Agrícola e Engenharia Civil, e o Curso Anexo de Artes Mecânicas. De acordo com Padilha (2015), Antonio Francisco de Paula Souza foi nomeado o primeiro diretor e Luiz de Anhaia Mello, vice-diretor. Os primeiros professores foram Manuel Ferreira Garcia Redondo, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, João Pereira Ferraz, Luiz de Anhaia Mello, Carlos Gomes de Souza Shalders e Francisco Ferreira Ramos. Paula Souza projetou o edifício da Escola Normal de São Paulo, cuja obra foi executada por Ramos de Azevedo. Este, além de professor da instituição viria a ser seu diretor entre os anos de 1917 e 1928.

A Lei n. 191, de 24 de agosto de 1893, que regulamentou a organização da Escola Polytechnica de São Paulo, descreve-a como “uma escola superior de mathematicas e sciencias applicadas ás artes e industrias”. Na passagem do século XIX ao XX, em uma cidade em pleno e vertiginoso crescimento urbano, a instituição atendia e impulsionava o desejo de desenvolvimento industrial ao promover a formação de um “corpo profissional voltados ao progresso pelo domínio da ciência positiva e da técnica” (BONTEMPI JR, 2015, p.231).

A análise da documentação coloca em destaque estas relações entre o crescimento urbano e comercial da cidade e a expansão da escolarização, do ensino primário ao superior. Ou seja, os modos como a necessidade de criação das condições de funcionamento das escolas e da expansão da cidade e do comércio mutuamente se alimentaram.

A documentação consiste em sessenta páginas de notas de compra, constando os registros dos artefatos e das substâncias vendidos da Casa Lebre para a Escola Politécnica, entre os anos de 1896 e 1902. Todavia, a análise recaiu apenas sobre as notas referentes à aquisição de materiais para os laboratórios de Física e Química. A atenção aos elementos formais permite



ver que a empresa usava três modelos diferentes de nota, embora todas contivessem as mesmas informações, como se pode notar na comparação das imagens 3 e 4.

IMAGEM 4

423 *200*

Requisito - a o respectivo pagar
6-11-97

LOJA DE FERRAGENS

MIUDEZAS DE
Armarinho, Drogas,
TINTAS,
KEROZENE, CHÁ,
CERA E COUROS
COMPLETO E VARIADÍSSIMO
Sortimento de
PERFUMARIAS FINAS
e Artigos de Ferro Batido

LEBRE, MELLO & COMP.

RUA 15 DE NOVEMBRO, 1 RUA DIREITA, 2

O Ilm. Sr. Escola Politécnica Comp

S. Paulo, 30 de Novembro de 1897

Nº	Quantidade	Descrição	Valor	Unidade	Valor
1	10	Balões borracha	800	caixa	800
2	3	Tacos sabão	500	caixa	1500
3	4	Santas farmecida Caparema	12000		4800
4	20	Folhas papel mbarao	400		800
5	1	Faca de cortar velhas			20
6	1	Pita " " maior			28
7	1	Martello pequeno			20
8	1	Colide			20
9	1	Pelle de barbante			8
10	3	Meitros " de ado preto	6500		19500
11	2	Pecas " de ado	1500		3000
12	1	Vidro " de todozeto de potaca			320
13	1	" " Bixidio magnesi			30
14	1	Carta " gesso			53
15	1	Caixa " giz redondo			30
16	1	" " " quadrado			30
17	6	Espanadores de pennas	800		4800
18	20	Moços de papel higienico	1500		3000
19	1	Caixa " giz de cores			60
20	5	Moços phosphoro	800		4000
21	1/2	Pz de torcidas de fogarim			60
22	1	Caixa sabonetes			80
23	1	Moço barbante			40
					2417

Contem 30
de 1897

Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Papéis de Lebre, Mello & Cia, p.10-11.



Nos três modelos de notas identificados, a empresa apresenta sua atividade principal, uma loja de ferragens, mas que também comercializa miudezas de armarinho, drogas, tintas, querosene, chá, cera e couro. Ela ofertava ainda “completo e variadíssimo sortimento de perfumarias finas e artigos de ferro batido”. A questão é que tipos de produtos uma loja neste ramo de atividade poderia oferecer para uma instituição de ensino cujas áreas de atuação eram as ciências exatas e naturais?

Após a relação da mercadoria, a única informação que consta na página seguinte é a de que os materiais eram para “Chimica”. No caso dos produtos descritos na Imagem 2, a Escola Politécnica adquiriu em novembro de 1897:

10 balões de borracha, 2 paus sabão, 4 latas formicida Capanema, 20 folhas papel mata borrão, 1 faca de cortar rolhas, 1 dita de cortar rolhas maior, 1 martelo pequeno, 1 cabide, 1 rolo de barbante, 3 metros de oleado preto, 2 peças de cadarço, 1 vidro de ½ kg de iodoreto de potassa, 1 vidro de bioxido magnesi, 1 lata de gesso, 1 caixa de giz redondo, 1 caixa de giz quadrado, 6 espanadores de pena, 20 maços de papel higiênico, 1 caixa de giz de cores, 5 maços phosphoros, ½ dúzia de torcidas de fogareiro, 1 caixa sabonetes, 1 maço barbante (Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Papeis de Lebre, Mello & Cia, p.10-11).

Alguns desses materiais foram repetidamente adquiridos ao longo do período analisado. Em março de 1898, foram adquiridos para o gabinete de química, “2 copos de chrisal, 1 prato de vidro, 1 caixa sabonetes, 1 vidro de goma arábica, 2 metros de tecido de arame, 1 caixa de sabonetes, 2 canivetes Rodgers”. Em setembro de 1898, “1 groza (12 dúzias) de phosphoros, 1 caixa sabonete, 2 tesouras finas, 6 cartas de alfinetes, 2 pacotes de prego, 6 folhas de lixa pano, 1 cabide, 10 pacotes de lixivia”. Em outubro de 1898, “1 lata com 6 litros de alcatrão. Em dezembro de 1898, 2 caixas sabonetes Refriger”.

Em janeiro de 1899, há um detalhamento quanto ao destino dos materiais. Seriam para o laboratório de Química analítica “1 caixa de sabonetes Refriger, 1 alicate, 1 martelo, 1 Sacarolhas, 2 tesouras, 10 pacotes de phosphoros, 1 carimbo de borraxa” (Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Papeis de Lebre, Mello & Cia, p.30). O mesmo laboratório recebeu um mês depois:

5 m de tubo borracha 1cm, 3 m de tubo borracha 3 cm, 1 vidro goma arábica, 1 pasta para escritório, 1 borracha, 10 folhas de mata borrão, 1 tinteiro, duas canetas, 4 esponjas, 5 cadernos papel almaço, 1 baião de tinta, 2 escovas para mesa, 3 garrafas de litro de óleo, 2 lampadas de álcool, 1 escovas para, 1 caderno para assentos, 1 metro, 1 vassoura, 2 baldes de zinco, 2 facas de cozinha, 4 facas de cozinha pequena, 1 dúzia de folhas de lixa, 1 caixa de sabão comum, 1 escada com 7 degraus, 1 pasta para papeis” (Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Papeis de Lebre, Mello & Cia, p.32).



No caso do laboratório de Química Analítica, alguns materiais são recorrentemente adquiridos como a goma arábica. Em abril de 1899, registra-se a compra, além de goma arábica, de “½ metro de oleado preto, 4 tesouras, 1 furador e 1 Lima”. Em maio, o referido laboratório foi suprido com “1 serrote, 1 camurça, 1 tijolo de ariar, 12 folhas de lixa, 1 alicate de cortar, 4 pares de borboleta, 1 chave parafusos, 1 vassourinha e 1 forno” (p.43).

Para o laboratório de Química Analítica os registros das aquisições são finalizados em dezembro de 1899 constando de “1 baião de tinta, 20 cadernos de papel, 1 caixa penas Mallat, 10 pacotes de phosphoros e 1 vassoura de palha Americana” (p.53). Por fim, são relacionados “4 bacias de ferro batido, 1 tacho de agath, 1 tacho esmaltado, 2 espátulas, 5 metros de tecido de arame, 1 quador de café, 1 metro de tecido de latão, 1 moinho, 1 calderão, 1 broca, 2 kg de chumbo e 1 forno de ferro com 15 ½ kg”. Esta última nota contém a menção de que a relação foi conferida pelo preparador A. Tommaz.

Em quantidade menor, foram adquiridos materiais para o laboratório de Química Mineral, relacionados em duas notas. A primeira, de janeiro de 1899 consta de:

2 caixas de sabonete, 10 pacotes de phosphoro, 3 escovas para mesa, 1.25 metros de oleado, 1 verruma, 1 moringa pintada, 100 ganchos, 8 torcidas, 5 novelhos barbante de cor, 24 folhas de lixa, 1 chave parafuso, 1 lavatório americano, 1 portavoz e colocação do mesmo, diferença em oleado, 1 aparelho de louça para lavatório, 1 balde esmaltado, 1 maço de taxas (Fonte: Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP. Papeis de Lebre, Mello & Cia, p.30).

A segunda, de abril de 1899, relaciona “½ dúzia de sabonetes Refriger e 1 dúzia barras de sabão branco” (p.37), conferidas pelo preparador Campell. Ainda em 1899, para Química Geral registra-se a aquisição de “1 grossa de parafusos e 1 vidro de verniz” (p.49).

Para o gabinete de Física, consta a compra, em março de 1899, de “2 vidros de goma arábica, 24 latas pomadas para metaes, ½ dúzia sabão Refger e 1 mão de lixa” (p. 39). Em julho de 1899, “1 caixa de etiquetas e 1 caixa de penas Mallat n.12” (p.48). Para o gabinete de Física do curso preliminar, os materiais comprados em janeiro de 1900 foram “1 caixa de sabão Refger, 1 maço velas clichy e 1 maço de phosphoros (p.57).

Embora a Casa Lebre não fosse especializada no comércio de objetos escolares, seus produtos poderiam ser usados como complementares e até principais no desenvolvimento de trabalhos manuais, atividades escolares e experimentos científicos. Elas dão ciência de uma materialidade muito variada exigida para o funcionamento desta nova escola, que é a escola moderna. Sinalizam, também, dilemas da relação entre o público e o privado que vão emergir juntamente com a escola de massa e obrigatória.



Nos limites deste trabalho, o que se objetivou colocar em evidência foi a relação entre a expansão da escola urbana e o comércio local. Todavia, há pelos menos dois outros importantes aspectos que poderiam ser abordados e que serão contemplados em futuros trabalhos. O primeiro, diz respeito aos possíveis usos dos materiais adquiridos da Casa Lebre tanto nas aulas de Economia doméstica, como nas aulas de Física e Química. Ou seja, quais os possíveis usos de sabonete, goma arábica, fósforos, pomadas para metais, limas, lixas, dentre outros, nos laboratórios de Física e Química. O segundo, refere-se a uma comparação entre os objetos científicos adquiridos para os laboratórios de Física e Química da Escola Normal e da Escola Politécnica. Isso porque enquanto a Escola Normal volta-se à formação de professores e professoras primárias, a Escola Politécnica visava, sobretudo, à formação de engenheiros. Este seria mais um estudo em que a materialidade da escola poderia oferecer indícios de finalidades e modos de formação em escola secundárias e superiores, em São Paulo.

Por ora, as relações que se pode estabelecer é entre a materialidade para a formação de professoras primárias em aulas de economia doméstica e a materialidade para a formação de engenheiros. Ou seja, a comparação inicial entre a lima e a agulha. Agulha e lima apontam para perspectivas diferentes de formação de homens e mulheres, no processo de expansão da escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, em uma escala micro, valho-me de uma abordagem da história econômica para pensar a emergência da escola urbana, considerando as relações entre a cultura material escolar e o comércio local. Falar de uma história econômica da escola significa dar destaque aos aspectos econômicos que impõem limites e possibilidades à expansão da Instrução Pública, sem dissociá-los das questões legais, sociais, culturais e políticas. Isso porque, de acordo com Kula (1977), não existe o fato econômico apartado de outros fatores. “Os fatos econômicos frequentemente acham-se imbricados com fatos políticos, sociais, culturais, institucionais, ou mesmo ligados às mentalidades” (KULA, 1977, p.26).

Desse ponto de vista, há uma questão social e cultural que permite compreender, por exemplo, a forte imigração para São Paulo, no século XIX. No caso, um novo tipo de imigração de portugueses para o Brasil. Há questões e interesses comerciais, econômicos e também educacionais na relação entre escola e mercado. Sem dúvidas, tais questões são separadas para fins didáticos e de recorte de investigação, mas todas encontram-se devidamente imbricadas na tessitura do social e na própria escola.



A Casa Lebre é uma casa de comércio; a Escola Normal, uma casa do saber. A relação comercial entre estes dois estabelecimentos é apenas uma, dentre várias, que evidenciam um comércio intenso da escola não apenas com as grandes empresas que dominavam o mercado internacional de mobiliário e materiais escolares, mas de grandes e pequenas empresas locais capazes de fornecer itens mais básicos, como tecidos, fechaduras, arames, agulhas, papel, tinta, dentre outros. Essa discussão contribui, também, para ampliar a noção do que significa afirmar que a escola é um fenômeno urbano. Se de um lado, o crescimento das cidades e da população urbana vai demandar a expansão da rede de escolas, a ampliação da oferta de vagas; de outro, a escola é também um fenômeno urbano porque, para o seu funcionamento, vai demandar um conjunto de serviços tipicamente urbanos, como meios de transporte para locomoção de alunos, professores e funcionários, serviços de água, esgoto e luz elétrica, e um comércio local com condições de suprir suas necessidades mais imediatas e corriqueiras, como aqui se pode perceber.

Por fim, vale mencionar que não se objetivou, aqui, desenvolver uma análise da cultura material escolar para pensar a preservação do patrimônio histórico-educativo. Em primeiro lugar, porque a abordagem privilegiada foi a de uma história econômica da escola de massa. Em segundo lugar, porque não se trabalhou com objetos fabricados precipuamente para uso escolar. Além disso, o destaque foi dado para produtos de consumo imediato como materiais de papelaria, armarinho e ferragens, usados na secretaria da escola, em exposições escolares ou subsidiariamente em algumas aulas. Não são materiais passíveis de patrimonialização, mas que se esgotam logo após o uso.

Ainda assim, são férteis para evidenciar a relação de simbiose *cultural* entre escola e mercado. Isso porque de um lado, no cenário urbano, a escola tornou-se uma instituição que favoreceu o comércio local pela demanda constante e em grande volume de mercadorias. De outro, o comércio local garantia o atendimento de necessidade básicas e emergenciais da escola. Nas últimas décadas do século XIX, momento de expansão não apenas da escola pública, mas também da própria cidade de São Paulo, não se podia encontrar na cidade e até no país, modernos objetos de ensino para o museu de História Natural, laboratório de Química, gabinete de Física, dentre outros. Eles eram importados por diversos modos. No entanto, itens básicos para a secretaria da escola, trabalhos manuais, como os materiais de armarinho, por exemplo, foram cada vez mais amplamente fornecidos pelo comércio local e isso foi de suma relevância para a manutenção mais corriqueira e diária do funcionamento escolar. É nesse sentido que, no período, comércio e escola estabelecem uma relação de *simbiose cultural*, importante e



necessária ao desenvolvimento de ambos. Pelo menos, quando se pensa no modelo de escola que se disseminou no universo urbano.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)**. 339 páginas. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ALCANTARA, Wiara; VIDAL, Diana. The Syndicat Commercial du Mobilier et du matériel d'Enseignement and the transnational trade of school artefacts (Brazil and France in the late nineteenth and early twentieth centuries)". **Paedagogica historica**, p.1-15, julho 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/00309230.2020.1796721>
- BARBUY, H. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860- 1914**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. v. 1. 304p.
- BENCOSTTA, Maucus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BONTEMPI JR., Bruno. Escola politécnica de São Paulo: produção da memória e da identidade social dos engenheiros paulistas. **História da Educação**, Santa Maria, v. 19, n. 46, p. 223-242, maio/ago. 2015.
- BOURDIEU Pierre. Le champ économique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 119, pp. 48-66, septembre 1997.
- BOURDIEU Pierre. Introdução. O mercado da casa: disposições dos agentes e estruturas do campo de produção. O Estado e a construção do mercado. In: **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto : Campo das Letras, 2006, p.13-169.
- CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luis: EDUFMA, Café & Lápis, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midori. Anatole Louis Garraux e o comércio de livros franceses em São Paulo (1860-1890). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 85-106, junho, 2008.
- KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Traducción española. Barcelona: Península, 1977.
- LAWN, Martin. A Pedagogy for the Public: the place of objects, observation, mechanical production and cupboards. In: LAWN, Martin; GROSVENOR, Ian. **Materialities of Schooling: design, technology, objects, routines**. Symposium Books, 2005, p. 145-162.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. **Helena**. São Paulo: Paulus, 2008.



MEDA, Juri. **Mezzi di educazione di massa**. Saggi di storia della cultura materiale della scuola tra XIX e XX secolo. Milano: Franco Angeli, 2016.

PADILHA, Rodrigo Bastos. **A Escola Politécnica e a transformação de São Paulo**. 153 páginas. Tese de Doutorado em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jan. 2002.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, J. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, pp. 434-444, set. /dez. 2010.

ROSENTAL, Paul-Andre. “Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FVG, 1998, p.151-172.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola**: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952). 212 páginas. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate & REVEL, Jacques. Introduction: Space and Scale in Transnational History. **The International History Review**. Vol. 33, n. 4, 573-584, 2011.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: n.14, p. 61-88, mai-ago., 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. O museu escolar brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Para a compreensão histórica da infância**. Porto: Campo das letras, 2006, p. 239-264.

VIDAL, DIANA Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja (orgs.). **Múltiplas visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 37-54.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPAR, V. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, Cesar Augusto de. (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luís: Café & Lápis, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: Ed.UFMT, 2013.



Recebido em: 25 de junho de 2021
Aceito em: 19 de novembro de 2021